

# PERDOEM A FALTA DE ESCOLHA, OS DIAS ERAM ASSIM

por

Vanessa de Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** A passagem à clandestinidade ocorreu numa situação de exceção da vigência de um regime ditatorial. Tendo como ponto de partida o “mergulho”, propomo-nos a uma reflexão sobre de que modo é que a essa experiência é transmitida no seio da organização partidária por um lado e no seio familiar, por outro, tentando compreender os mecanismos de transmissão da memória e o que é apreendido pelas gerações seguintes já que, e tal como refere Michael Pollak, “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica (...) ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar de uma memória quase herdada”.

**Palavras-chave:** Clandestinidade; Memória; Pós-memória.

**Abstract:** Going underground took place in the context of a dictatorial regime. Having the so-called “mergulho” as a starting point, we proposed analyze of the modes of transmission of that particular experience both within the political organization and also in the family milieu. The key objective is to understand the process of memory transmission and how it is apprehended by the second generation, taking into account Michael Pollock’s idea of memories that are almost inherit.

**Keywords:** Clandestinity; Memory; Postmemory.

*Perdoem a cara amarrada  
Perdoem a falta de abraço  
Perdoem a falta de espaço  
Os dias eram assim.*

*Perdoem por tantos perigos  
Perdoem a falta de abrigo  
Perdoem a falta de amigos  
Os dias eram assim.*

*Perdoem a falta de folhas  
Perdoem a falta de ar  
Perdoem a falta de escolha  
Os dias eram assim.*

[...]

*Aos Nossos Filhos* (1978), de Ivan Lins<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Investigadora-associada do Instituto de História Contemporânea e membro da RIARM (Red(e) Ibero-Americana Resistência e (y) Memória).

<sup>2</sup> Tema do álbum *Nos Dias de Hoje*, editado em 1978.

Após a Revolução dos Cravos (1974) que pôs fim aos 48 anos da ditadura portuguesa, e em plena ditadura militar no Brasil (1964-1985) Ivan Lins compôs o poema *Aos Nossos Filhos*, que hoje podemos visitar no Youtube através da sua voz<sup>3</sup>. No documentário *Luz Obscura*<sup>4</sup>, da autoria de Susana Sousa Dias, realizado no âmbito do trabalho de investigação nos arquivos da polícia política, que a realizadora vem desenvolvendo sobre o Estado Novo, ouvimos, a determinado momento, as palavras de Álvaro Pato: “[...] a memória, apesar de não termos vivido os factos, vivemos os que nos contam. E também sentimos”. Álvaro Pato é um dos três filhos do dirigente comunista Octávio Pato que a realizadora entrevistou, na tentativa de resgatar da invisibilidade as “memórias fracas”<sup>5</sup> da família do preso político. Rui Pato, irmão de Álvaro e filho de Albina Fernandes, é protagonista de uma das fotografias mais famosas do Registo Geral de Presos da PIDE/DGS<sup>6</sup>.

Albina Fernandes foi presa em sua casa, em Dezembro de 1961, e não tendo outra alternativa nem com quem o deixar as crianças, levou consigo o filho de dois anos de idade, e a enteada Isabel, de 6 anos, para a prisão política de Caxias. Na fotografia convencional, de registo e identificação dos presos políticos, Rui está sentado ao colo da mãe, talvez irrequieto, nota-se o movimento de ambos pela imagem tremida. Mas não consta na ficha de identificação de Albina, como se não estivesse ali, também ele detido. Como refere Susana Sousa Dias na *Nota de Intenções*,

*O retratado não é um mas são dois, mãe e filho; o rosto de Albina Fernandes não está erguido e os olhos não estão abertos. O rosto está semi-coberto pela criança. Mãe e filho movem-se, provocando a pouca nitidez da imagem. A criança não é sequer identificada, tomando assim o estatuto de acessório numa imagem cuja função é a identificação da mãe. A fotografia de Albina Fernandes é uma clamorosa exemplificação de como o retrato judicial, enquanto “sistema de forças”, pode ser rompido pelo sujeito que é retratado. O que esta fotografia nos mostra é uma mulher com toda a subjectividade da sua condição (de prisioneira, de mãe) fendendo os enunciados de poder adstritos à tipologia*

<sup>3</sup> *Aos Nossos Filhos*. Acedido a 10 de novembro de 2018: <<https://www.lettras.com/ivan-lins/46429/>>.

<sup>4</sup> *Luz Obscura* (2017) foi distinguido com a Menção Especial do Júri da Competição Internacional de Longas-Metragens da DocumentaMadrid, e recebeu o Prémio de Melhor Som no Festival Caminhos do Cinema Português.

<sup>5</sup> Conceito de Enzo Traverso para designar as memórias silenciadas e obscurecidas pelos poderes oficiais. Enzo Traverso, *O passado modos de usar. História, memória e política* (Edições Unipop, 2012), pp. 71-73.

<sup>6</sup> Albina Fernandes. PT/TT/PIDE/E/010/125/24819. Imagem cedida pelo ANTT.

*fotográfica em questão, fracturando o alegado princípio de transparência e neutralidade*<sup>7</sup>.



**Fig. 1.** Registo Geral de Presos de Albina Fernandes. PT/TT/PIDE/E/010/125/24819. Imagem cedida pelo ANTT.

Albina foi libertada em Maio de 1967, padecendo de graves crises de depressão que a conduziram ao suicídio em 1971<sup>8</sup>.

*Eu acho que as crianças adaptam-se muito bem às coisas. Aproveitam o que há de bom. E o resto vai esbatendo, vai esquecendo (Isabel Pato, em Luz Obscura).*

Num trabalho de investigação anterior, sobre as vivências femininas da clandestinidade comunista, debrucei-me sobre o modo como a divisão socialmente construída entre géneros se espelhou na militância política e nos quotidianos da clandestinidade<sup>9</sup>. Foi no âmbito deste estudo, e no decorrer das relações que estabeleci com antigas funcionárias clandestinas do Partido Comunista Português (PCP), a par de conversas informais com outros militantes comunistas, que compreendi que o problema da separação dos filhos, a que a clandestinidade obrigava, continuava a ser a pedra de toque de muitos relacionamentos familiares, ainda hoje dominados por silêncios e traumas. As formas como essas experiências foram (e são) transmitidas no seio da organização partidária, e no grupo familiar, suscitou

<sup>7</sup> *Nota de Intenções*. Acedido a 10 de Novembro de 2018: <<https://kintopfilms.com/new-page>>.

<sup>8</sup> Ana Barradas, *Dicionário de Mulheres Rebeldes* (Lisboa: Ela por Ela, 2006), p. 15.

<sup>9</sup> Vanessa de Almeida, *Mulheres da Clandestinidade* (Lisboa: Parsifal, 2017).

diferentes níveis de reflexão, no sentido de compreender os processos de construção da memória colectiva e os mecanismos de transmissão às gerações vindouras:

- 1) Primeiramente, importa reflectir sobre o modo como a experiência da clandestinidade foi (e é) transmitida no seio da organização partidária, propondo-me compreender os mecanismos de transmissão da memória com vista à construção de um “passado signficante”<sup>10</sup> para as gerações seguintes, já que, e tal como refere Michael Pollak, “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenómeno de projecção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada”<sup>11</sup>. Maurice Halbwachs ensinou-nos que a memória colectiva é conservada nos grupos, de acordo com determinados quadros sociais, e que o esquecimento advém do corte com o grupo de origem, sendo por isso necessária uma comunidade afectiva para recordar<sup>12</sup>.
- 2) A par do conhecimento da organização partidária, tentei debruçar-me sobre as narrativas familiares construídas sobre a experiência da clandestinidade. Neste sentido questiono o conceito de “pós-memória”, proposto por Marianne Hirsch, sobre a transmissão da memória do holocausto. A autora define o conceito de “pós-memória” como a relação mantida pela segunda geração com experiências fortes, muitas vezes traumáticas, que ocorreram antes do seu nascimento, mas que acabaram por ser incorporadas pelos descendentes como se fossem suas. Hirsch irá basear grande parte da sua reflexão em livros autobiográficos, de autores que podemos designar de “2.ª geração”, assim como na importância das fotografias de família para transmissão da memória à geração seguinte, que desta forma acedia à memória de eventos traumáticos, não por narrativas, mas através da mediação feita pela imagem capturada<sup>13</sup>. Nas palavras de Susan Sontag,

*Cada família constrói, através da fotografia, uma crónica de si mesma, uma série portátil de imagens que testemunha a sua coesão. [...] Vivemos um período nostálgico, e a fotografia promove intensamente a nostalgia. [...] amigos e parentes já mortos [são] preservados no álbum de família*

---

<sup>10</sup> Raymond Williams, cit in Susana Narotzky e Gavin Smith, “Being politico in Spain. An Ethnographic account of Memories, Silences and Public Politics”, *History & Memory* (Indiana University Press, 2002), p. 21

<sup>11</sup> Michael Pollak, “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992), p. 201.

<sup>12</sup> Maurice Halbwachs, *A memória colectiva* (São Paulo: Centauro Editora, 2004), p. 38.

<sup>13</sup> Marianne Hirsch, “The Generation of Postmemory”, *Poetics Today* (29, 1, 2008), p. 103-128.

*em fotografias que exorcizam parte da ansiedade e remorsos provocados pelo seu desaparecimento [...]*<sup>14</sup>.

Halbwachs no seu ensaio sobre memória colectiva, tecera já uma série de considerações sobre a construção de uma “memória tomada de empréstimo”, a qual compreende acontecimentos, personalidades e lugares que não conhecemos pessoalmente, com os quais entramos em contacto mediante publicações, filmes, exposições, fotografias ou testemunhos, recursos que nos inserem num passado histórico comum<sup>15</sup>. A conceptualização de Hirsch está por isso longe de reunir consenso, pois como refere Beatriz Sarlo, apresenta-se “como novidade o que pertence à ordem do evidente”, uma vez que se o passado não foi vivido, o seu relato só pode vir ao conhecimento através de mediações. Segundo esta autora:

*A palavra pós-memória, empregada por Hirsch e Young, no caso das vítimas do Holocausto (ou da ditadura argentina, já que se estendeu a esses factos), descreve o caso dos filhos que reconstituem as experiências dos pais, apoiados na memória deles, mas não só nela. A pós-memória, que tem a memória no seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória de factos recentes não vividos pelo sujeito que os reconstituiu e, por isso, Young a qualifica como “vicária”. Mas mesmo caso se admita a necessidade da noção de pós-memória para descrever a forma como um passado não vivido, embora muito próximo, chega ao presente, é preciso admitir também que toda a experiência do passado é vicária, pois implica sujeitos que procuram entender alguma coisa colocando-se, pela imaginação ou pelo conhecimento, no lugar dos que a viveram de facto. (...). O vicário não é específico da pós-memória”*<sup>16</sup>.

Na linha de Yerushalmi, o esquecimento só acontece quando a geração possuidora do passado não o transmite às gerações seguintes, ou quando a geração herdeira desse passado deixa de o transmitir, concluindo o historiador que “um povo jamais pode esquecer o que antes não herdou”<sup>17</sup>. Tal como Beatriz Sarlo, não perfilho do conceito proposto por Marianne Hirsch, não apenas por o considerar vazio de conteúdo, mas porque as crianças da clandestinidade viveram sob a ditadura e dela terão algumas memórias: seja da separação dos pais e de passarem a viver com

<sup>14</sup> Susan Sontag, *Ensaio sobre fotografia* (Lisboa: Quetzal, 2015), p. 17, p. 23-24.

<sup>15</sup> Maurice Halbwachs, *A memória colectiva* (São Paulo: Centauro Editora, 2004).

<sup>16</sup> Beatriz Sarlo, *Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjectiva* (São Paulo: Ed. Schwarcz, 2005), p. 92.

<sup>17</sup> Yerushalmi cit. Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria* (Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002), p. 124.

familiares, até então desconhecidos, quer da ida para a ex-URSS para estudar, ou das visitas aos pais, detidos nas prisões políticas de Caxias e Peniche e, em situação-limite, pela própria experiência pessoal da permanência num espaço de detenção, como no caso de Rui Pato. Segundo Maria Auxiliadora Arantes,

*A diferença entre a memória dos pais e a dos filhos tem uma radicalidade: os pais poderiam relatar factos decorrentes das vicissitudes das suas escolhas políticas e pessoais. [...]. A memória dos filhos, então crianças, na época da prisão e/ou assassinato dos pais, é atravessada pela impossibilidade de compreensão dos factos [...]*<sup>18</sup>.

Trata-se assim da transmissão da memória, transmissão de uma experiência vivida a quem não a viveu ou que, tendo-a vivido, por razões etárias terá experienciado de outro modo<sup>19</sup>. Nas palavras de Rita Veloso,

*Já por várias vezes escrevi textos com as minhas memórias do período da ditadura e da revolução. Neles, adopto sempre uma perspectiva feliz, dada pelos olhos da criança que era. O Sol e o mar de Peniche, as brincadeiras nas visitas ao meu pai, as ingenuidades de uma criança que tinha de lidar com termos confusos, como clandestinidade ou preso político. Afinal, se não guardarmos da infância memórias felizes, de quando guardaremos? No entanto, é óbvio que essa perspectiva resulta de um filtro aplicado a uma realidade bem diferente*<sup>20</sup>.

Nesta perspectiva importa saber:

1) Quais as memórias que os filhos da clandestinidade guardam da sua experiência pessoal, considerando que esta permanece como uma memória omissa ou subalternizada, inclusivamente no seio do próprio partido comunista. As recordações infantis da experiência da clandestinidade chegam-nos, a par de um livro de contos da Maria Luísa Costa Dias, mediadas pelos pais (sobretudo pela voz das mães), com excepção de situações em que, tendo os filhos permanecido com os pais na clandestinidade, foram também eles funcionários clandestinos, como foi o caso de Domicília Costa<sup>21</sup>:

---

<sup>18</sup> Maria Auxiliadora Arantes, “Dor e Desamparo – Filhos e pais, 40 anos depois” (Psic. Clin. Rio de Janeiro, vol. 20, n.º 2, 2008), p. 82.

<sup>19</sup> Jelin, *Los trabajos de la memoria*, p. 124.

<sup>20</sup> Acedido a 4 de Julho de 2017: <<http://entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt/2014/04/clandestinos-running-on-empty.html>>.

<sup>21</sup> Domicília Costa nasceu a 25 de Janeiro de 1946, em Alhandra, acompanhando os pais na passagem à clandestinidade. Com a idade de 10 anos começou a ajudar no trabalho da tipografia clandestina e com 13 é-lhe reconhecido o estatuto de funcionária. Em 1966 vai ela própria assegurar a defesa e vigilância de

*Teve de me ser explicado porque é que eu não ia para a escola, não é? (...) A partir do momento em que começou um funcionário a ir a nossa casa, tinha eu quatro anos, eu fui ensinada que aquela pessoa era um primo, era assim na altura, eram primos, depois passou a irmãos. (...). Portanto, eu a partir dos quatro anos fui educada desta maneira. Portanto, quando chegou a altura da escola, claro que não me foi explicado, ninguém me falou da clandestinidade, nem do Partido Comunista, nem de coisa nenhuma, não é? (...). Sabia que aquelas pessoas que iam lá a nossa casa, aqueles homens eram... não eram da família (...). Isso teve de me ser explicado. À parte isso, as coisas iam acontecendo. Quer dizer, para mim, aquilo que para outra criança poderia parecer estranho, para mim, eu já estava tão habituada àquilo, que tudo o que fosse estranho, para mim era normal<sup>22</sup>.*

A presença das crianças é um dos temas mais sensíveis no que concerne aos quotidianos da clandestinidade. Se num primeiro momento a existência de um bebé na casa podia reforçar a situação conspirativa, a partir do momento em que a criança começa a falar ou atinge a idade escolar, colocava-se a obrigatoriedade da separação. Esta foi uma realidade transversal à vida de muitas das mulheres clandestinas, que no presente da rememoração reconhecem o trauma e a incompreensão sentida pelos filhos, pelas decisões políticas que tomaram. Nas palavras de Margarida Tengarrinha<sup>23</sup>,

*[...] os nossos filhos foram traumatizados pelo sacrifício a que foram obrigados. Todos os nossos jovens, filhos de funcionários do Partido que*

---

instalações clandestinas, permanecendo com essa tarefa até 1970. Em solidariedade com o seu companheiro, Domicília acabaria por sair do quadro de funcionários, exilando-se em Paris, regressando a Portugal após a Revolução do 25 de Abril. Foi deputada da Assembleia da República eleita pelo Bloco de Esquerda.

<sup>22</sup> Vanessa de Almeida, *Mulheres da Clandestinidade* (Lisboa: Parsifal, 2017), pp. 106-107.

<sup>23</sup> Margarida Tengarrinha nasceu a 7 de Maio de 1928, em Portimão. Na Escola Superior de Belas-Artes aderiu ao MUD Juvenil e, entretanto, conheceu o colega e futuro companheiro José Dias Coelho. Em 1952 aderiu ao PCP, integrando a Comissão Democrática de Mulheres. A partir de 1954, já com Dias Coelho, viveu numa situação de semiclandestinidade e no ano seguinte “mergulham” definitivamente na clandestinidade, ficando ambos responsáveis por uma oficina de falsificação de documentos. Assumiu ainda a responsabilidade de editar *A Voz das Camaradas* e a revista *Portugal-URSS*. Redactora do *Avante!* entre 1956 e 1961, escreveu em parceria com Dias Coelho o livro *Crónicas da Resistência em Portugal*, editado pela primeira vez no Brasil. Após o assassinato de Dias Coelho às mãos da polícia política a 19 de Dezembro de 1961, foi para Moscovo, onde trabalhou directamente com Álvaro Cunhal, e posteriormente para Bucareste, onde desempenhou tarefas como redactora da Rádio Portugal Livre entre 1964 e 1967. Em 1968 regressou a Portugal e assumiu novamente a função da redactora do *Avante!*, e a edição dos jornais clandestinos *Têxtil e Terra*. Membro do Comité Central de 1974 e 1988 e ainda hoje militante do PCP.

*estiveram na clandestinidade, sofreram traumas decorrentes da separação dos pais e da situação em que tiveram de viver. Foi um sacrifício que também arrastou os filhos*<sup>24</sup>.

A reflexão surge quase sempre num momento de olhar para o passado, na tentativa de fazer um balanço das decisões tomadas, e de como estas afectaram a vida dos filhos. A separação é o momento mais doloroso de recordar. As crianças eram enviadas para familiares ou, em alguns dos casos, para o Interdom na ex-URSS<sup>25</sup>.

*A certa altura veio a notícia disso. Que a União Soviética tinha aberto a hipótese [...] de irem crianças nossas para essa Escola Internacional (...) e houve uma data de mães e pais que disseram sim senhor. Eu disse logo [que sim] (...) eu tinha uma confiança tão grande naquela sociedade...e os filhos precisavam de ir, para se darem com outras crianças, para irem para a escola, para estudarem, etc., etc. (Maria Carvalho)*<sup>26</sup>.

*[...] essa separação foi-me muito mais dolorosa, porque me foi posto o meu filho ir para longe, muito longe (...). E então nessa altura os filhos dos funcionários do PCP iam para a União Soviética estudar. E o meu filho foi para a União Soviética, e foi um golpe duro de mais. [...]. Depois foram-se passando os anos. [...]. Ele escrevia, mas as cartas vinham por intermédio não sei do quê, vinha tudo através da clandestinidade (Sisaltina dos Santos)*<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> João Céu e Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres que tomaram Partido* (Porto: Asa, 2006), p. 303.

<sup>25</sup> A Escola-Internato Internacional de Ivanovo (Interdom) foi fundada em 1933 após uma campanha de fundos de solidariedade nacional, e tinha como objectivo acolher os filhos dos comunistas que viviam na clandestinidade. Por ela passaram cerca de 4000 alunos de 89 países. Frequentaram a escola de Ivanovo os filhos de Francisca Caeiro, Sisaltina Santos e Maria Carvalho.

<sup>26</sup> Maria Carvalho nasceu a 11 de Janeiro, na Nazaré. Sócia da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, aderiu ao MUD Juvenil. Militante do PCP desde 1951. Em Fevereiro de 1952 foi para a sua primeira casa clandestina, dando à luz na condição de clandestina. Faleceu em 28 de Junho de 2016. Vanessa de Almeida, *Mulheres da Clandestinidade* (Lisboa: Parsifal, 2017), pp. 107-108.

<sup>27</sup> Sisaltina dos Santos nasceu a 5 de Abril de 1926, em Silves. Casou-se com Américo Leal em Julho de 1946 quando este já desenvolvia trabalho de militante para o PCP, sendo ele quem lhe propõe a passagem à clandestinidade, o que aconteceu no ano seguinte, tinha o filho quatro meses de idade. A 3 de Dezembro de 1958 foi presa pela polícia política (PIDE) numa instalação clandestina localizada na Covilhã. O filho mais novo, de dois anos de idade, acompanhou-a na experiência da prisão, permanecendo em Caxias. Em Outubro de 1959 foi julgada pelo Tribunal Plenário de Lisboa, condenada a uma pena de dois anos de prisão e suspensão dos direitos políticos por cinco anos, pena que seria suspensa. Restituída à liberdade, voltou a passar à clandestinidade. Faleceu em Maio de 2017. Vanessa de Almeida, *Mulheres da Clandestinidade* (Lisboa: Parsifal, 2017), p. 108.

Os que permaneceram em território nacional, junto de familiares, não sabemos ainda como viveram, ou como foi o seu percurso de vida até ao reencontro após o 25 de Abril. Sabemos que existia a preocupação de estudarem, mas não sabemos como foi justificada a ausência dos pais e as visitas a Peniche ou Caxias. Álvaro Pato, por exemplo, recorda nestes termos a imagem do pai aquando das visitas à prisão:

*Nesse período há uma imagem um bocado esfumada do que era o meu pai fisicamente. Fisicamente, daqui para cima, porque quando chegávamos ao parlatório ele já estava sentado. Em boa verdade, não sabia o tamanho que ele tinha (Luz Obscura).*

Porquê enfatizar-se a separação familiar destes casos quando Portugal, à época, era um país onde os movimentos migratórios e a emigração eram prática corrente, na tentativa de fugir à miséria da terra, ou à guerra colonial? A separação das famílias era um fenómeno transversal a uma classe social subalternizada, e não uma realidade específica da clandestinidade política. Porquê mencioná-la como se de uma situação de excepção se tratasse, esquecendo e omitindo o número de crianças que estiveram, também elas, nas prisões da ditadura?

Reportando-se à experiência do seu irmão Rui, Ana Pato publicou a fotografia já citada na sua página do Facebook, com o seguinte texto:

*Vejam esta foto. Aquela criança é o meu irmão Rui. E a mulher é a Albina Fernandes, a mãe dele. [...]. Sabem a história dela? Ela foi presa com os meus irmãos Rui e Isabel. No mesmo dia que o meu pai. Ela recusou-se a largar as crianças. “Descansava de joelhos no chão e com as mãos agarradas aos pulsos deles, para que não lhos tirassem” sem que fossem entregues em segurança à minha avó Maria. Esteve 8 anos presa. Ficou com a saúde mental debilitada. Dois anos após a libertação suicidou-se<sup>28</sup>.*

Do Rui Pato nada mais sabemos. Ana Pato não conta como, enquanto esteve preso, teve períodos em que andava às cabeçadas à parede. Isabel Pato, a irmã detida juntamente com ele recordou: “Lembro-me do Rui à janela, pendurado nas grades”<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Acedido a 18 de Novembro de 2018: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1966024240203372&set=pb.100003874452654.-2207520000.1547987331.&type=3&theater>>.

<sup>29</sup> *Luz Obscura*.

No prefácio ao seu livro de testemunhos de filhos de sobreviventes do Holocausto, Nadine Vasseur, ela própria filha de sobreviventes, escreveu:

*Não fazer perguntas, não falar dos nossos tormentos. Era esse, assim nos parecia, o preço da sobrevivência dos nossos pais. Mas será que podíamos não ter receio de os magoar, a eles que já o tinham sido tanto? (...). Por outro lado ainda, não seria também indecoroso pretender falar de si, das suas dificuldades em viver, quando aqueles a quem devemos a vida tiveram de sofrer o pior?*<sup>30</sup>.

Debruçando-se sobre o silêncio e os não-ditos, Michael Pollak sublinha a necessidade de existir um interlocutor-ouvinte concluindo que “na ausência de toda a possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente”<sup>31</sup>. É possível que muitos dos filhos da clandestinidade não queiram ofuscar, com as suas memórias, as experiências dos pais. Mas a verdade é que estamos perante um ciclo de vida que está a chegar ao seu fim. Impõe-se dar visibilidade àqueles que, não sendo os alvos directos da repressão, viram os seus percursos de vida condicionados, o que nos remete para outro aspecto, a saber,

2) Considerando que a passagem à clandestinidade resulta da existência de um regime ditatorial, apreender de que modo as consequências do regime se prolongam (ou não) até ao presente, na tentativa de dar visibilidade a problemáticas que permanecem circunscritas ao âmbito familiar e da organização política propriamente dita. Enzo Traverso ao distinguir entre “memórias fortes”, ou seja, as memórias oficiais, das “memórias fracas” que permanecem subterradas e interditas, considera que a visibilidade das memórias dependente da força do grupo que as possuiu. A memória da clandestinidade passou por diversas fases no que respeita à sua inscrição na história recente do país.

Deve-se à iniciativa do I Governo Constitucional (1976-1978) a criação dos primeiros instrumentos de políticas da memória relativamente à luta contra a ditadura, mediante a instituição da “Ordem da Liberdade” (Decreto-Lei n.º 709-A/76) e a intenção de criar um museu em Peniche denominado Museu da República e Resistência (Decreto-Lei n.º 709-B/76). A 30 de Abril de 1977 é decidido “atribuir a cidadãos portugueses que se tenham distinguido por méritos

---

<sup>30</sup> Nadine Vasseur, *Eu não lhe disse que estava a escrever este livro* (Colares: Pedra da Lua, 2008), p. 9.

<sup>31</sup> Michael Pollak, “Memória, Esquecimento, Silêncio”, *Estudos históricos* (Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989), p. 6.

excepcionais na defesa da liberdade e da democracia uma pensão, expressiva de público reconhecimento” (Decreto-Lei n.º 171/77). Todavia, e segundo Manuel Loff, esta iniciativa do governo do Partido Socialista, presidido por Mário Soares, fosse por motivos éticos ou ideológicos, não conheceu adesão da grande maioria dos resistentes<sup>32</sup>. Seria preciso esperar mais de 20 anos, após o 25 de Abril de 1974, para que as experiências da clandestinidade e da prisão fossem consideradas em termos legislativos, estipulando-se a contagem especial de tempo para efeitos de pensão de velhice, ou de reforma<sup>33</sup>.

Mais do que para a geração da clandestinidade propriamente dita, que assume uma postura militante sobre o dever da memória, é o silêncio das gerações seguintes que nos coloca mais questões, ou seja, adivinha-se a presença de um passado ainda presente, mas que não vem à tona, nem está inscrito na esfera pública. No seu trabalho sobre o Morro do Sangue Bom no Rio de Janeiro, a antropóloga Robin Sheriff foi confrontada com um silêncio por parte dos moradores no que concerne à questão do racismo, teorizando em torno da questão. Nas suas próprias palavras,

*Silence represents a particularly difficult puzzle, both in the realm of ethnography and in theory building. In the social sciences, it tends to be discussed in relation to one of two issues: the macro level of discourse (or the lack of discourse) in public domains and the micro level of sociolinguistics and the analysis of speech acts<sup>34</sup>.*

Passível de ser interpretado como dominação linguística dos dominantes sobre os dominados, em determinados contextos, o silêncio pode (deve) ser interpretado como um acto comunicativo por ele mesmo. Robin Sheriff, citando George Saunders, refere que “silence may be an indication of conflicting or problematic emotions, emotions which must be monitored, controlled, or inhibited in expression because of their potential consequences”<sup>35</sup>. O que justifica o corte entre a primeira e a segunda geração que sabemos à partida existir? As “feridas insanáveis, com uma profundidade tal que ainda hoje não estão resolvidas”, como afirmou Domingos

---

<sup>32</sup> Manuel Loff, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, in *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*, coordenado por Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciana Castro Soutelo, pp. 23-143 (Coimbra: Almedina), p. 117.

<sup>33</sup> Manuel Loff, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, p. 119.

<sup>34</sup> Robin Sheriff, *Dreaming Equality. Colour, Race and Racism in Urban Brazil* (New Brunswick: Rutgers University Press, 2001), p. 61.

<sup>35</sup> Robin Sheriff, *Dreaming Equality. Colour, Race and Racism in Urban Brazil*, p. 61.

Abrantes?<sup>36</sup>. Em contrapartida, o que justifica a aproximação feita pela geração dos netos?

Dois exemplos revelam o empenho da “terceira geração” em recuperar a memória familiar antifascista, como o caso de Marta Freitas, que escreveu uma peça de teatro sobre a prisão do tio (como avô), Carlos Costa:

*Para escrever esta peça, durante um ano e meio, voltei imensas vezes à minha infância. Voltei às histórias da minha família, voltei ao mistério que paira sobre os retratos da PIDE (onde o rosto daquela gente espelha tanto e tão pouco), reencontrei o meu avô (e que saudades tinha dele...) por entre a imensa correspondência familiar que chegava à prisão com notícias do exterior. Mas fui mais longe do que isto. Aprofundei um mundo tão denso e tão chocante que não se deve nunca esquecer que existiu<sup>37</sup>.*

Em Abril de 2017, o fotojornalista João Pina inaugurou uma exposição sobre a *Operação Condor*, no torreão poente da Praça do Comércio, em Lisboa<sup>38</sup>. Em Maio de 2018, num artigo de opinião publicado no *Diário de Notícias* irá reflectir:

*Em 2001, comecei a entrevistar a minha avó Albertina e as de muitos outros ex-presos políticos portugueses. O facto de Portugal já não viver numa ditadura deu-me a possibilidade de investigar as suas histórias, porque eu queria entender como era possível que as pessoas simplesmente apodrecessem na cadeia acusadas de crimes absurdos. Este foi o mesmo ano em que o 11 de Setembro aconteceu e o mundo, tal como o conhecíamos, mudou completamente.*

*Nos 17 anos seguintes, continuei a encontrar e a documentar a vida de vítimas de tortura por razões políticas em todo o mundo, viajando para lugares como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Cuba, Egito, Líbia, Tunísia, Paraguai e Uruguai<sup>39</sup>.*

---

<sup>36</sup> Em conversa informal com o próprio.

<sup>37</sup> Marta Freitas, *Diz-lhes que não falarei nem que me matem* (Fafe: Labirinto, s.d. 2014), pp. 19-20.

<sup>38</sup> Com curadoria de Diógenes Moura. A exposição estivera já patente em vários países da América do Sul, EUA e França. Acedido a 13 de Setembro de 2017, <<https://www.publico.pt/2017/04/20/culturaipilon/noticia/operacao-condor-eu-existo-esta-historia-existe-estou-aqui-1769310>>.

<sup>39</sup> Acedido a 18 de Dezembro de 2018, <<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/e-urgente-lembrar-o-passado-9332638.html?fbclid=IwAR0kJGIMkIhuqiuQPfFvzUR3-sqMj2cW767UEsw9aYGOm2M16FepglZRxo>>.

Em 2007, João Pina, em parceria com Rui Galiza, editou um livro sobre as memórias de 25 antigos presos políticos portugueses. João Pina é neto de Guilherme da Costa Carvalho, dirigente comunista na clandestinidade e tarrafalista, e de Albertina Diogo, muito provavelmente a primeira mulher a ser submetida à tortura do sono pelas mãos da PIDE, em 1960. Não será a herança familiar que justifica os temas de trabalho de João Pina, mesmo quando o enfoque vai para além das fronteiras de Portugal? No prefácio à obra em causa podemos ler:

*Exactamente um ano, um mês e um dia antes de a “Grândola Vila Morena” passar no Rádio Clube Português e os militares saírem à rua, morreu uma pessoa que marcou a minha vida, apesar de nunca o ter conhecido pessoalmente: o meu avô materno, Guilherme da Costa Carvalho. Ele foi o protagonista de várias histórias que ouvi, todas elas recheadas de detalhes das suas peripécias – as fugas de Peniche e Caxias, o paludismo que apanhou no Tarrafal onde passou períodos na “frigideira”. Todas estas histórias, adornadas com “canções de embalar” que a minha mãe nos cantava, como o Hino de Caxias, são das memórias mais vibrantes que tenho da minha infância em Lisboa<sup>40</sup>.*

Os estudos sobre a transmissão do trauma centraram-se inicialmente na segunda geração de sobreviventes do Holocausto, estendendo-se posteriormente às experiências vividas na América do Sul, privilegiando-se o conceito de trauma psicossocial que, embora sem as certezas inerente a uma investigação em curso, creio ser possível de identificar também em Portugal. Todavia, esta questão permanece circunscrita ao universo familiar e político, e não inscrito como tema nacional<sup>41</sup>, e por isso desconhecido da sociedade em geral. O silêncio, tal como ressalva Pollak, existe por razões complexas, e o facto de ocorrer não significa esquecimento, mas, maioritariamente, resistência face à sociedade exterior, concluindo que “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão de memória segundo as possibilidades de comunicação”<sup>42</sup>.

Considero que são vários os factores a concorrer para manterem estas memórias silenciadas e subterrâneas. Primeiramente o eclipse da memória comunista, hoje também ela remetida à clandestinidade, estigmatizada, e criminalizada pelo

---

<sup>40</sup> João Pina, “Os ‘meus’ presos”, in *Por teu livre Pensamento* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2007), pp. 17-18.

<sup>41</sup> Tal como a Guerra Colonial e as suas consequências no tempo longo, seja para os antigos combatentes propriamente ditos, seja a nível das repercussões ao nível familiar

<sup>42</sup> Michael Pollak, “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), p. 13.

discurso dominante<sup>43</sup>, que se reflecte nas políticas públicas de memória. Como referiu Enzo Traverso, o comunismo foi arquivado no capítulo “totalitarismo” da história do século XX, onde todos os fantasmas do terror e da barbárie parecem repousar tranquilamente. O capitalismo e o liberalismo ao tornarem-se novamente “o destino inelutável da humanidade”, como escrevera Adam Smith na época da Revolução Industrial, obliteraram o comunismo “como alternativa pela qual valia a pena lutar, quando a humanidade estava à beira do abismo e a civilização se arriscava a conhecer um eclipse definitivo”<sup>44</sup>. No contexto português, as políticas da memória desenvolvidas pelos Governos Provisórios (1974-1976) após a Revolução de 25 de Abril de 1974, ilustravam já as batalhas pela memória da ditadura portuguesa, ao privilegiar a memória republicana, da qual o Partido Socialista se apresentou como herdeiro, face à memória da resistência, reivindicada pelo PCP e pelas chamadas “esquerdas radicais”. No Congresso Extraordinário de Outubro de 1974, realizado poucos meses após a Revolução de Abril, a direcção comunista centrava-se na memória da clandestinidade e da resistência ao fascismo, por meio do somatório dos anos de prisão cumpridos pelos membros do Comité Central (308 anos)<sup>45</sup>. Embora a prática memorialística remonte aos primeiros anos pós Revolução, vivia-se um tempo de acção, de defesa da liberdade recém-conquistada e da luta por direitos até então sonogados pelo fascismo, ao que se aliou um certo pudor de exposição, relativamente à valorização da memória pessoal ou familiar, verificando-se uma maior abertura na produção literária ocorrida nos anos da “revolta da memória”, contra o revisionismo histórico iniciado na década de 80, época em que o ciclo de vida alcançado era também outro. Posteriormente, o pudor dos descendentes, em exporem as suas próprias experiências de vida, ao que não será ausente uma auto-desvalorização face à memória do alvo directo da repressão.

Sendo este um *não-tema* na sociedade portuguesa, é também um passado “que dificulta a construção de futuros” pelo excesso de passado trancado, aferrolhado, como afirmou Paula Godinho<sup>46</sup>. E, que por isso mesmo, deve emergir do silêncio a que foi votado.

---

<sup>43</sup> Enzo Traverso, *O Passado, modos de usar. História, memória e política* (s.l., Unipop, 2012), p. 72.

<sup>44</sup> Enzo Traverso, *O Passado, modos de usar. História, memória e política*, pp. 120-123.

<sup>45</sup> *Congresso Extraordinário do PCP em 20/10/1974* (Lisboa: Edições “Avante!”, 1974), p. 271.

<sup>46</sup> Paula Godinho, “Nunca más! Nunca mais! Horror, geografias variáveis e calafrios epistemológicos”, texto manuscrito cedido pela autora, 2017.